

O Serviço de Psicologia Jurídica no Centro Judiciário de Resolução de Conflitos de Bauru

The Legal Psychology Service at the Bauru Conflict Resolution Judicial Center

Alexandra de Oliveira Sampaio

Faculdade Anhanguera de Bauru, SP, Brasil.
E-mail: alexandra.sampaio@anhanguera.com

Resumo

O artigo consiste em uma pesquisa acerca do Serviço de Psicologia Jurídica no Centro Judiciário de Resolução de Conflitos de Bauru. A coleta de dados foi realizada em documentais e estatísticos, enfatizando sobre os tipos de processos jurídicos, o número de atendimentos em Psicologia prestados pelos estagiários na unidade entre 2014 a 2016, os tipos de processos jurídicos do CEJUSC, que passam pelo Setor de Psicologia, comparando o número de atendimentos prestados pela Psicologia através do Plantão Psicológico entre os anos de 2014, 2015 e 2016 e identificação dos tipos de serviços/intervenções prestados pela Psicologia por meio do Plantão Psicológico no ano de 2016. A pesquisa revela o quão importante os serviços oferecidos pelo Setor de Psicologia, através do Plantão Psicológico, são para o fluxo do trabalho realizado no CEJUSC pelos conciliadores e funcionários, uma vez que há um reconhecimento de que aspectos emocionais, relacionais e psicológicos influenciam e mantêm os conflitos. Os dados estatísticos apontam para a necessidade de uma intervenção emergencial, em decorrência da demanda de urgência psicológica, de um trabalho preventivo e curativo, considerando que fatores emocionais podem ser tanto fonte quanto seqüela (consequência) do conflito.

Palavras-chave: Psicologia Jurídica. Conflito, Conciliação. Plantão Psicológico. Atendimento.

Abstract

The proposed project consists of a research about the Legal Psychology Service in the Judicial Center for Conflict Resolution of Bauru. collection of documentary and statistical data, emphasizing the types of legal processes, the number of Psychology visits provided by the trainees in the unit in the period from 2014 to 2016, the types of legal processes of CEJUSC that pass through the Psychology Sector, Comparing the number of visits provided by Psychology through the Psychological Plan between 2014, 2015 and 2016 and identifying the types of services / interventions provided by Psychology through the Psychological Plan in the year 2016. The research reveals how important the services Offered by the Psychology Sector, through the Psychological Plan, are for the work flow carried out in the CEJUSC by the conciliators and employees, since there is a recognition that emotional, relational and psychological aspects influence and maintain the conflicts. The statistical data point to the need for an emergency intervention, due to the demand for psychological urgency, for preventive and curative work, considering that emotional factors can be both source and sequela (consequence) of the conflict.

Keywords: Juridical Psychology. Conflict. Conciliation. Psychological Work. Attendance.

1 Introdução

O artigo tem como objetivo identificar e quantificar a evolução dos atendimentos em Psicologia dos anos de 2014 a 2016 do Centro Judiciário de Resolução de Conflitos de Bauru - CEJUSC, bem como identificar e quantificar os tipos de serviços/intervenções oferecidos no plantão psicológico, considerando a subjetividade daquele que faz uso do serviço, como também, dos aspectos emocionais e psicológicos diretamente implicados nos litígios.

Neste íterim, as intervenções psicológicas consistem em atendimentos de curto prazo, destacando-se a intenção de contenção e compreensão da situação, tendo o plantão psicológico como auxílio no processo.

Atualmente, o plantão disponível pela Psicologia no CEJUSC de Bauru atende as seguintes necessidades: aconselhamento; escuta e apoio terapêutico, orientação e encaminhamentos para a Clínica de Psicologia da Faculdade

Anhanguera de Bauru.

Ressalta-se que no local são tratados diversos tipos de processos, sendo os mais comuns: Causas cíveis em geral (acidentes de trânsito, cobranças, dívidas bancárias, conflitos de vizinhança) e causas de família, tais como divórcio, pedido de pensão alimentícia, guarda de filhos, regulamentação de visitas, entre outras. Sendo assim, considera-se que em todas essas circunstâncias o psicólogo se faz necessário, podendo ser útil ao cliente no momento em que ele precisa expor mais detalhes das razões pelas quais está ali naquele local. Muitas vezes, o indivíduo se encontra estressado, preocupado, um tanto mais sensível de acordo com o motivo, fazendo com que a escuta seja valiosa e muito benéfica.

Alves (2002) ressalta que o entrelace de questões jurídicas e psicológicas solicita a intervenção especializada para a melhor solução do litígio em todos os processos judiciais.

No que se refere aos Centros Judiciários de Resolução de Conflitos e Cidadania, o Tribunal da Justiça de São Paulo

aprecia a organização como auxiliadora na minimização da duração e custos dos processos, considerando ainda como uma forma alternativa para a resolução de conflitos.

Mediante os tipos de processos apresentados, no CEJUSC de Bauru, considera-se que os motivos causadores dos litígios possam ser acompanhados de algum dano psíquico, emocional ou social. Atualmente, não existe uma equipe multidisciplinar que assista o público do local. Apenas estagiários supervisionados, pertencentes ao curso de Psicologia da Faculdade Anhanguera de Bauru, que oferecem serviços de apoio gratuitos.

A Psicologia no CEJUSC de Bauru se propõe a apresentar os registros documentais dos tipos de processos jurídicos e os serviços disponíveis executados pelos estagiários dos anos de 2014 a 2016, assim como, os serviços oferecidos pelo setor através do Plantão Psicológico em 2016, justificando a importância da Psicologia em um Centro de Conciliação e considerando o volume de demanda emocional e psicológica associada ao conflito jurídico.

2 Material e Métodos

Para a identificação e quantificação dos tipos de processos jurídicos, que passam pelo Setor de Psicologia, bem como para quantificar e comparar o número de atendimentos realizados, entre 2014 e 2016, pelo Plantão Psicológico e identificar e quantificar os tipos de serviços/intervenções fornecidos em 2016, o procedimento metodológico de pesquisa utilizada foi a documental quantitativa, em que foram coletados dados a partir de registros documentais internos, a fim de mensurar as atividades já realizadas no período de vigência dos estágios. Assim, nos meses de agosto, setembro e outubro de 2016, cada estagiário ficou encarregado de coletar as seguintes informações:

- a) Tipos de processos jurídicos do CEJUSC, que passaram pelo Setor de Psicologia durante os anos de 2014 a 2016;
- b) Número de atendimentos realizados no Plantão Psicológico entre os anos de 2014 e 2016;
- c) Número de atendimentos realizados por mês pelo Plantão Psicológico em 2016;
- d) Tipos de serviços/intervenções e número de atendimentos realizados por mês pelo Plantão Psicológico em 2016.

3 Resultados e Discussão

A história da atuação de psicólogos brasileiros na área da Psicologia Jurídica tem seu início no reconhecimento da profissão na década de 1960. No início, a Psicologia foi identificada como uma prática voltada para a realização de exames e avaliações, buscando identificações por meio de diagnósticos. Essa época, marcada pela iniciação da utilização dos testes psicológicos, fez com que o profissional psicólogo fosse visto como um testólogo (GROMTH-MARNAT, 1999). Contudo, foi a partir da promulgação da Lei Federal de Execução Penal nº 7.210/84 (BRASIL, 1984), que o psicólogo passou a ser reconhecido legalmente pela instituição penitenciária (FERNANDES, 1998).

Na Psicologia Jurídica o que predomina é a produção de laudos, de pareceres e de relatórios, pressupondo-se que compete à Psicologia uma atividade voltada para o avaliativo e subsídio aos magistrados. Cabe ressaltar que o psicólogo, ao concluir o processo da avaliação, pode recomendar soluções para os conflitos apresentados, mas jamais determinar os procedimentos jurídicos que deverão ser tomados.

Em relação à área acadêmica, atualmente, não são todos os cursos de Psicologia que oferecem a disciplina de Psicologia Jurídica. E, quando o fazem, normalmente, esta é uma matéria opcional e com uma carga horária reduzida. Já nos cursos de Direito, ainda que a carga horária também seja menor, a disciplina já se tornou de caráter compulsório. Como pode ser evidenciado, o Direito e a Psicologia se aproximaram em razão da preocupação com a conduta humana (CFP, 1992).

Destaca-se a necessidade de conhecer determinadas terminologias da área jurídica e a importância de um trabalho interdisciplinar junto a advogados, juizes, promotores, assistentes sociais e sociólogos. Eis o grande desafio da Psicologia Jurídica: não se limitar aos conhecimentos advindos da ciência psicológica e trocar conhecimentos com ciências afins, buscando redimensionar a compreensão do agir humano, considerando os aspectos legais, afetivos e comportamentais (CFP, 1992).

O psicólogo jurídico atua no âmbito da Justiça, nas instituições governamentais e não governamentais, colaborando no planejamento e execução de Políticas de cidadania, Direitos Humanos e prevenção da violência. A atuação deste profissional é centrada na orientação do dado psicológico repassado não só para os juristas, como também, aos sujeitos que carecem de tal intervenção. Este profissional contribui para a formulação, revisões e interpretação das leis, além de realizar pesquisas visando a construção e a ampliação do conhecimento psicológico aplicado ao campo do Direito (CFP, 1992).

As avaliações de condições intelectuais e emocionais de crianças, de adolescentes e de adultos em conexão com processos jurídicos são de responsabilidade dos psicólogos. Sendo assim, essas avaliações podem se referir à deficiência mental e insanidade, testamentos contestados, aceitação em lares adotivos, posse e guarda de crianças ou determinação da responsabilidade legal por atos criminosos. O psicólogo pode atuar, também, como perito judicial nas varas cíveis, criminais, justiça do trabalho, da família, da criança e do adolescente, elaborando laudos, pareceres e perícias que serão anexados aos processos. Também elabora petições que serão reunidas ao processo, sempre que é solicitada alguma providência ou haja a necessidade de comunicar-se com o juiz. Durante a execução da perícia, participa eventualmente de audiências para esclarecer aspectos técnicos em Psicologia, que possam necessitar de maiores informações a leigos ou leitores do trabalho pericial psicológico (juizes, curadores e advogados). Assim, colabora não só com a ordem jurídica, mas também

com o indivíduo envolvido com a Justiça, através da avaliação da personalidade destes, fornecendo subsídios ao processo judicial, quando solicitado por uma autoridade competente, podendo se utilizar de consulta aos processos e coletar dados que considerar necessários a elaboração do estudo psicológico (CFP, 1992).

Ainda, sobre os psicólogos na área Jurídica se pode referir ao trabalho executado nos Centros Judiciários de Soluções de Conflitos e Cidadania.

O CEJUSC foi criado pela Resolução nº. 125 do Conselho Nacional de Justiça, objetivando a realização de audiências por intermédio de conciliadores. Em Bauru, fundou-se em 2012, como uma forma alternativa de solucionar problemas jurídicos no modo Pré-Processual, ou seja, antes de ser levado ao Poder Judiciário no Fórum e se constituir como litígio processual.

Os conflitos são resolvidos de uma maneira amigável, pois a solução não é imposta por uma autoridade, e sim pela vontade das partes. O objetivo da criação do CEJUSC é a promoção ao exercício de cidadania e para melhor informar a população em geral sobre a conciliação, que é um meio consensual de solucionar problemas. A conciliação é uma das formas amigáveis de solução do litígio e tem como objetivos o restabelecimento do diálogo e a solução do conflito por meio do acordo entre as partes (SÃO PAULO, 2016).

No CEJUSC de Bauru, para que a conciliação aconteça, o

sujeito deverá procurar a unidade, a fim de fazer um acordo, sendo acompanhado de um Defensor Público ou advogado de sua confiança, visto que este tem a função será verificar o direito de seu cliente. Dentro da audiência haverá um conciliador, que também ouvirá as partes e será o responsável pela tentativa da formalização de um acordo comum entre os envolvidos. Assim:

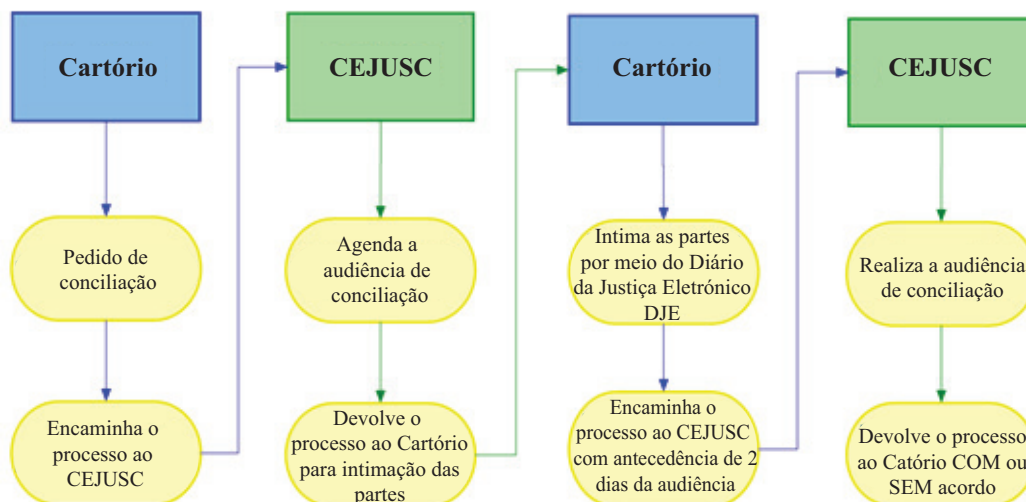
O conciliador é um terceiro neutro, imparcial e capacitado para essa função, que utiliza técnicas para estimular, facilitar e auxiliar as partes conflitantes, pois é natural que as pessoas envolvidas num conflito, em razão de emoção, tenham maior dificuldade para enxergarem soluções para o problema. O conciliador não tem poder jurisdicional, não emite juízo de valor nos autos, sua função é apenas ajuda-los a alcançar o acordo. (SÃO PAULO, 2016).

Se o acordo entre as partes for frutífero, este é firmado e homologado pelo Desembargador Presidente da Seção de Direito Privado. A sentença é registrada e o processo é devolvido à Vara de origem. Se for de origem infrutífera, o caso passará para o modo processual, ou seja, será destinado para o Fórum e o Juiz decidirá a sentença.

Para fazer uso de uma sessão conciliatória não há custo, podendo ser realizada quantas vezes as partes necessitarem.

Abaixo segue o fluxograma sobre os caminhos percorridos pelas partes até a finalização do processo de conciliação nos CEJUSC para casos processuais:

Figura 1 – Fluxo Processual CEJUSC



Fonte: Dados da pesquisa.

O CEJUSC de Bauru é composto por uma ampla recepção, três salas para a realização de audiências e orientações, como também uma sala para serviços prestados em Psicologia.

Os tipos de processos mais comuns na organização são: Divórcios, Regularização de Guardas, Regulamentação de Visitas, Pensão Alimentícia, entre outros.

Os dados coletados sobre os tipos de processos jurídicos do CEJUSC que passam pelo Setor de Psicologia durante os anos de 2014 a 2016, o número de atendimentos realizados no Plantão Psicológico entre os anos de 2014 e 2016, o número

de atendimentos realizados por mês pelo Plantão Psicológico em 2016 e os tipos de serviços/intervenções e número de atendimentos realizados por mês pelo Plantão Psicológico em 2016.

No Quadro 1 é possível verificar que o número de processos de regularização de pensão alimentícia se destaca em comparação a todos os outros tipos de processo em todos os anos da pesquisa: em 2014 com 38,3% dos pedidos, em 2015 com 56% dos pedidos e em 2016 com 40%, totalizando 42,7% de atendimentos nos três últimos anos. O segundo tipo de

processo identificado no serviço CEJUSC de maior destaque foi o divórcio: com 40,4 % em 2014, 36% em 2015 e 20% em 2016, totalizando 31,6% de atendimentos nos últimos três anos. O terceiro tipo de processo identificado foi o de regularização de guarda: com 6,4% em 2014, 4% em 2015 e 17,8% em 2016,

totalizando 10,3% de atendimentos nos últimos três anos. Os outros tipos de processos como condomínio, desocupação de imóvel, devolução de bens, dívidas, partilha de bens e regularização de visitas obtiveram um percentil inferior a 10% dos atendimentos nos últimos três anos.

Quadro 1 - Tipos de processos jurídicos e número de atendimentos psicológicos realizados pelo plantão psicológico por ano

Tipo de Processo	Ano						Total	
	2014		2015		2016			
Condomínio	1	2,1%	0	0%	0	0%	1	9%
Desocupação de imóvel	1	2,1%	0	0%	0	0%	1	9%
Devolução de Bens	1	2,1%	0	0%	0	0%	1	9%
Dívida	0	0%	1	4%	4	8,9%	5	4,3%
Divórcio	19	40,4%	9	36%	9	20%	37	31,6%
Partilha de Bens	0	0%	0	0%	2	4,4%	2	1,7%
Regularização de Guarda	3	6,4%	1	4%	8	17,8%	12	10,3%
Regularização de Pensão Alimentícia	18	38,3%	14	56%	18	40%	50	42,7%
Regularização de Visita	4	8,5%	0	0%	4	8,9%	8	6,8%
Geral	47	100%	25	100%	45	100%	117	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

No Quadro 2 são organizados os os tipos de processos jurídicos e o número de atendimentos psicológicos

mensais realizados pelo Plantão Psicológico no ano de 2016.

Quadro 2 - Tipos de processos jurídicos e número de atendimentos psicológicos mensais realizados pelo plantão psicológico em 2016

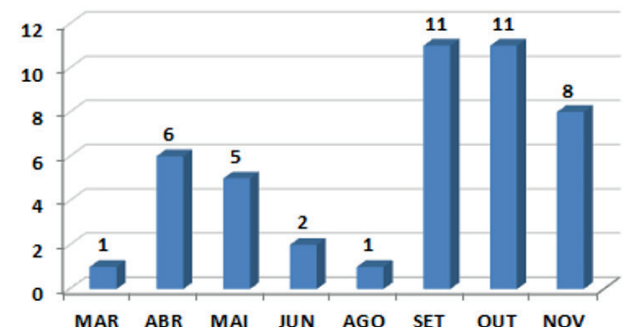
Tipo de Processo	2016							
	Mar	Abr	Mai	Jun	Ago	Set	Out	Nov
Dívida	0	0	2	0	0	1	1	0
Divórcio	0	1	0	0	1	4	2	1
Partilha de Bens	0	0	0	0	0	0	0	2
Regularização de Guarda	1	3	0	0	0	0	1	3
Regularização de Pensão Alimentícia	0	2	3	2	0	6	3	2
Regularização de Visita	0	0	0	0	0	0	4	0
Geral	1	6	5	2	1	11	11	8

Fonte: Dados da pesquisa.

Foi registrado que nos meses de setembro, outubro e novembro houve maior índice de pedidos para a entrada de processos durante o ano de 2016, sendo em setembro seis atendimentos relacionados ao pedido de regularização de pensão alimentícia, quatro atendimentos relacionados ao pedido de divórcio e um relacionado com dívida, totalizando no geral onze atendimentos. Em outubro foram realizados quatro atendimentos relacionados com a regularização de visita, três relacionados com a regularização de pensão alimentícia, dois sobre divórcio, um com regularização de guarda e um relacionado com dívida, totalizando no geral onze atendimentos. Em novembro foram realizados três atendimentos relacionados com a regularização de guarda, dois com regularização de pensão alimentícia, dois sobre partilha de bens e um com divórcio, totalizando no geral oito atendimentos. Os demais meses totalizaram, no geral, um número de atendimento inferior a sete nos seis tipos de processos apresentados no Quadro.

O gráfico da Figura 2 ratificou e destacou a quantidade de atendimentos psicológicos realizados pelo Plantão Psicológico nos meses de setembro (11), outubro (11) e novembro (8); seguidos dos meses de abril (6), maio (5), junho (2), agosto (1) e março (1) de 2016 apresentados no Quadro 2.

Figura 2 - Quantidade de atendimentos psicológicos mensais realizados pelo plantão psicológico em 2016.



Fonte: Dados da pesquisa.

No Quadro 3 são expostos os dados que foram coletados sobre os tipos de serviços/intervenções e a quantidade de atendimentos psicológicos mensais no ano de 2016, sendo identificado que os meses de setembro, outubro e novembro foram os meses com maior número de atendimentos realizados. Em setembro foram realizados onze atendimentos, sendo nove com a finalidade de encaminhamento para a Clínica de Psicologia da Faculdade Anhanguera de Bauru, um com a finalidade de orientação

e um de aconselhamento. Em outubro foram realizados 11 atendimentos, sendo todos com a finalidade de encaminhamento para a Clínica de Psicologia da Faculdade Anhanguera de Bauru. Em novembro foram realizados oito atendimentos, todos com a finalidade de encaminhamento para a Clínica de Psicologia da Faculdade Anhanguera de Bauru. Os demais meses apresentaram quantidade de atendimentos inferior a sete entre os tipos de serviços/intervenções como aconselhamento, orientação, escuta terapêutica e encaminhamento para a clínica.

Quadro 3 - Tipos de serviços/intervenções e quantidade de atendimentos mensais realizados pelo plantão psicológico no ano de 2016.

Tipo de Serviço	2016								Total	
	Mar	Abr	Mai	Jun	Ago	Set	Out	Nov	Qtda.	%
Aconselhamento						1			1	2,2
Orientação						1			1	2,2
Escuta Terapêutica		1							1	2,2
Encaminhamento para a Clínica	1	5	5	2	1	9	11	8	42	93,3
Geral	1	6	5	2	1	11	11	8	45	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Assim, foi verificado que o "Encaminhamento para a clínica" obteve 42 atendimentos, com 93,3 % no percentil do Quadro; seguido de um atendimento destinado a "Escuta terapêutica", com 2,2 % de percentil; um a "Orientação", com 2,2% do percentil e um ao "Aconselhamento", com também 2,2% de percentil durante o ano de 2016.

A partir da mensuração exposta, entendeu-se que todos os objetivos propostos nesta pesquisa foram alcançados.

Conforme o Quadro 1 aponta, notou-se que em todos os anos, os tipos de processos que mais foram atendidos no CEJUSC foram os de Regularização de guarda, Divórcio e a Regularização de Pensão Alimentícia. Foi realizado um total de 117 atendimentos pelo Plantão Psicológico entre os anos de 2014 a 2016, sendo que em 2014 ganhou maior destaque, com 47 atendimentos realizados pelo Setor e aumento significativo dos atendimentos de 25 para 45, de 2015 para 2016.

O estudo evidenciou a importância do Serviço no CEJUSC em função da procura pela Psicologia. Os tipos de processo mais identificados nos atendimentos foram em setembro, relacionados ao pedido de regularização de pensão alimentícia, ao pedido de divórcio e com dívida. Em outubro foram realizados atendimentos relacionados com a regularização de visita, com a regularização de pensão alimentícia, relacionados ao divórcio, regularização de guarda e relacionados com dívida, totalizando 11 atendimentos. Em novembro, foram realizados atendimentos relacionados com a regularização de guarda, com a regularização de pensão alimentícia, relacionados com a partilha de bens e relacionado com divórcio, totalizando oito atendimentos. Assim, constatou-se um volume de casos relacionados com questões de família e de relação conjugal.

Entre os meses de março a novembro de 2016; em especial, os meses de setembro, outubro e novembro; o principal tipo de serviço prestado pela Psicologia foi o encaminhamento

para Clínica de Psicologia da Faculdade Anhanguera de Bauru, representando 93,3% dos atendimentos, sendo que dos quarenta e cinco atendimentos realizados pelo Plantão Psicológico no ano, quarenta e dois foram para "Encaminhamento para a clínica".

4 Conclusão

Os resultados avaliados revelaram o quão importante os serviços oferecidos pelo Setor de Psicologia, através do Plantão Psicológico, são para o fluxo do trabalho realizado no CEJUSC pelos conciliadores e funcionários, uma vez que há reconhecimento de que aspectos emocionais, relacionais e psicológicos influenciam e mantêm os conflitos. Assim, os resultados dos dados estatísticos apontam para a necessidade de uma intervenção emergencial, em decorrência da demanda de urgência psicológica, de um trabalho preventivo e curativo, considerando que fatores emocionais podem ser tanto fonte quanto seqüela (consequência) do conflito. A conclusão dessa premissa é constatada pelo número alarmante de encaminhamentos para a Clínica de Psicologia da Faculdade Anhanguera de Bauru, tanto para a modalidade de atendimento em psicoterapia individual, quanto, mas principalmente, para as intervenções de casal e de família.

Neste sentido, o Plantão Psicológico tornou-se um serviço valioso no local, uma vez que os estagiários acompanharam na prática e através dos dados documentais e estatísticos um aumento na procura e expansão dos serviços oferecidos ao local.

Referências

ALVES, J.F. *Psicologia aplicada ao direito de família*. 2002. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/2740/psicologia-aplicada-ao-direitode-familia#ixzz2E0DW6fBc>>. Acesso em: 4 maio 2016.

BRASIL. Lei nº 7.210/84. Lei de Execução Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm>. Acesso em: 29 set. 2016.

CFP - Conselho Federal de Psicologia. Atribuições do psicólogo Jurídico. 1992. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwiTyMCyncHMAhVGx5AKHdfdAXMQFggdMAA&url=http%3A%2F%2Fsite.cfp.org.br%2Fwp-content%2Fuploads%2F2008%2F08%2Fatr_prof_psicologo.pdf&usq=AFQjCNGW3civlsRrqqm_5FTMNp4a-qbeag&cad=rja>.. Acesso em: 2 maio 2016.

FERNANDES, M. A. O trabalho do psicólogo junto ao sistema penitenciário: tratamento penal. *Aletheia*, v., p.41-49, 1998.

GROMTH-MARNAT, G. *Handbook of psychological assessment*. New York: Wiley & Sons, 1999.

SÃO PAULO. Tribunal da Justiça. Cartilha: Centro Judiciário de Solução de Conflitos em segunda instância e cidadania. 2016. Disponível em: <http://www.tjsp.jus.br/Download/SecaoDireitoPrivado/CEJUSC/CartilhaCEJUSC.pdf>. Acesso em: 5 maio 2016.